

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 21/10/2015

- [Fundação Casa tem mais uma fuga de menores](#)
- [ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil](#)
- [Rio recebe oficinas e debates sobre situação de mães no sistema prisional](#)
- [Campanha pede que pediatras de todo o país 'receitem livros' para crianças](#)
- [Regras para infiltração policial na internet em operação contra pedofilia vão ao Plenário](#)
- [Mutirões analisarão 200 processos de crianças e adolescentes no Piauí](#)
- [Juiz proíbe internações em centros para menores infratores do Ceará](#)
- [Adolescente suspeito de assaltos reage à polícia e é baleado no Recife](#)
- [Suspeitos de torturar adolescente e divulgar vídeo são presos no Sertão](#)
- [Atitude adotiva - uma homenagem a Luiz Schettini Filho](#)
- [Adolescente é apreendido por arremessar objetos para dentro do Complexo do Curado](#)
- [Crianças dalits morrem em incêndio criminoso na Índia](#)
- [MPPE lança projeto para reduzir evasão escolar e diminuir criminalidade](#)
- [Tribunal instala núcleo de justiça restaurativa na Comarca de Canindé](#)
- [ONU - Fórum Global de Nutrição Infantil recomenda adoção de programas nacionais de alimentação escolar](#)

Assunto: Fundação Casa tem mais uma fuga de menores

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 21/10/2015



A Polícia Militar está a procura de seis adolescentes que escaparam da unidade da Fundação Casa, no bairro de Pirituba, zona noroeste da cidade de São Paulo, por volta das 1h30 de hoje (21). Até as 9h30, nenhum desses menores tinha sido encontrado.

A Fundação Casa informou que será instaurada sindicância para apurar como esses internos conseguiram sair do local. Caso sejam recapturados, eles serão submetidos à análise da Comissão de Avaliação Disciplinar, que poderá aplicar sanções. A comissão é composta por servidores de várias áreas do próprio centro socioeducativo.

Desde setembro, têm sido frequentes os casos de fuga envolvendo os menores da Fundação Casa. O episódio mais recente ocorreu no último dia 12, quando 42 dos 64 internos da unidade de Santos, no litoral paulista, fugiram. Nesse caso, cinco funcionários foram feitos reféns e ao deixar a unidade, os adolescentes utilizaram um barco para conseguir chegar a uma comunidade próxima, conhecida como Favela do Caixão.

A assessoria de imprensa da Fundação Casa informou que ainda não tem um balanço das ocorrências.

Assunto: ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil
Fonte: Portal Andi
Data: 21/10/2015



O Comitê sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) mostrou preocupação com os cortes de orçamento na área da educação no Brasil e recomendou aumento nos investimentos no setor. O relatório, finalizado no início deste mês, destacou que o comitê está preocupado que as estratégias destinadas a eliminar a discriminação com base na orientação sexual e raça tenham sido removidas dos Planos de Educação de vários estados. O acesso educacional igualitário às crianças em situação de vulnerabilidade, negros e moradores de zonas rurais e de áreas remotas também tiveram atenção especial no documento. Com 24 páginas, o documento é a atualização que o comitê da ONU realiza a cada cinco anos sobre os países signatários da Convenção sobre os Direitos da Criança. Os 18 peritos independentes que compõem o órgão analisam as informações fornecidas pelo governo brasileiro e pela sociedade civil. Além de indicar preocupação com os cortes de orçamento, o comitê recomenda que o País “aumente o investimento no setor educacional para fortalecer a educação pública e priorizar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE)”. O PNE é uma lei aprovada no ano passado e elenca metas a serem alcançadas em dez anos. Para financiar as ações, o plano indica a necessidade de aumentar o investimento em educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2024. Desde o final do ano passado o governo federal tem cortado orçamento para educação. Programas, como por exemplo o de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), bolsas para iniciação à docência e do Pacto de Alfabetização, tiveram atrasos. Governos estaduais, como o de São Paulo, também realizaram cortes neste ano. Entre as recomendações, o documento cita a necessidade do investimento em infraestrutura escolar, incluindo acesso à água e saneamento básico, particularmente nas áreas rurais e remotas. Inclui a necessidade de “alocar adequados recursos humanos, técnicos e financeiros e também formação de qualidade para os professores a fim de garantir educação de qualidade para crianças indígenas e que moram no campo ou em áreas remotas”. Em caso de escassez de recursos, a ONU indica que a educação pública seja priorizada em detrimento à privada. O avanço da privatização da educação, como a adoção por parte de municípios de sistemas de ensino padronizado, é criticado pelo documento. O comitê se coloca contrário ao aumento do número de escolas sob a responsabilidade da Polícia Militar. Para Maria Rehder, coordenadora de projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foi muito positivo que o comitê tenha se posicionado sobre a situação atual. “Para nós, a grande conquista do documento é o comitê ter reconhecido a questão dos impactos do ajuste fiscal na educação e a preocupação com os reflexos negativos no atendimento ao Plano Nacional de Educação. São acontecimentos dos últimos dois meses”, explica ela. A Campanha, Ação Educativa, Ance e Conectas atuaram juntas representando a sociedade civil para apresentar o contexto atual da educação no Brasil. Os membros do comitê aceitaram receber as entidades três horas antes da agenda com o governo brasileiro para que houvesse uma atualização da situação no País. Também receberam uma cópia em inglês do PNE. “A própria recomendação sobre infraestrutura das escolas é reflexo da apresentação que fizemos sobre o Custo Aluno-Qualidade”, diz Maria. Outro reflexo da atuação da sociedade

civil é a preocupação com a questão de gênero. O documento indica que o comitê está preocupado com as atitudes “patriarcais e estereótipos de gênero” que discriminam as meninas e as mulheres. Para o advogado Salomão Ximenes, da Ação Educativa, as recomendações representam um grande avanço. “Levar essa discussão para um órgão da ONU é muito importante e chama atenção para os riscos”, diz ele. “O Brasil tem compromisso internacional de cumprir a Convenção de Direitos da Criança. O documento tem um peso importante na política internacional de Direitos Humanos. O importante é que consigamos, a partir disso, transformar as recomendações em política nacional de monitoramento”. Além das preocupações e recomendações referentes à política educacional, o comitê ainda denuncia, entre outros pontos, as forças policiais no Brasil pelo “elevado número de execuções extrajudiciais de crianças”. Segundo a avaliação, essa tendência de execuções e prisões ganhou impulso diante dos megaeventos esportivos e a tentativa de “limpar” o Rio para a Olimpíada em 2016. Questionado pela reportagem, o Ministério da Educação ressaltou que o PNE prevê a ampliação dos recursos para a educação até o patamar de 10% do PIB ao final de 2024. “Além disso, é estipulado que este patamar seja de 7% do PIB do País no 5º ano de vigência do plano. Ao longo dos últimos anos pode-se observar que houve uma curva crescente no investimento tanto da educação básica quanto do ensino superior”, diz o MEC em nota. “Em 2000, o investimento na educação básica era 3,7% e passou para 5,1%, em 2013. No mesmo período, o percentual do ensino superior variou de 0,9% para 1,1%. Atualmente, estamos em um patamar de 6,2%, considerando os dados de 2013 para as duas etapas”. O MEC ressaltou ainda que, para assegurar o direito à educação de qualidade, tem construído pactuações com os entes federativos, que, “por sua vez, têm suas responsabilidades e desafios mais imediatos em cada território”. “Destacamos ainda que os materiais produzidos pelo MEC não se pautam por quaisquer preferências, proselitismos ou discriminações de quaisquer natureza. Antes, prezam pela garantia do direito humano à educação como um valor, tendo as diretrizes do PNE como norteadoras da ação técnica.”

Assunto: Rio recebe oficinas e debates sobre situação de mães no sistema prisional

Fonte: Portal Andi

Data: 21/10/2015



A 1ª Semana Estadual do Bebê do Rio de Janeiro promove a partir desta segunda-feira (19), até 25 de outubro, uma série de debates e oficinas sobre a situação das gestantes, mães e bebês no sistema prisional. As atividades serão realizadas na Unidade Materno Infantil, unidade prisional do Rio de Janeiro que recebe mulheres privadas de liberdade acompanhadas de seus bebês desde o nascimento até um ano. A abertura oficial do evento será realizada na quarta-feira, dia 21, às 13h, com um debate entre as mulheres, os parceiros da Semana e as autoridades, para discutir os desafios desse cenário. A 1ª Semana Estadual do Bebê é uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Conta com o apoio da Secretaria Estadual de Saúde, do RioSolidario, do Instituto Masan, da Fundação Xuxa Meneghel, da Rede Nacional Primeira Infância e sua secretaria executiva, RGE e Unicef. A Semana do Bebê é uma agenda proposta pelo Unicef a estados e municípios para que promovam uma grande mobilização em favor da primeira infância. Dentre as atividades planejadas com as mulheres, estão oficinas de criação de história, de confecção de sling e de direitos sexuais e reprodutivos. Ao longo da semana, também serão desenvolvidas atividades com os técnicos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, com foco nos direitos da infância e na humanização do atendimento. No domingo, 25, a Semana será encerrada com atividades para as famílias das mulheres. “São bebês que têm os mesmos direitos das demais crianças. Por isso, precisamos garantir que as decisões, as estruturas e os serviços relacionados às mães privadas de liberdade considerem sempre o melhor interesse dessas crianças”, destaca Luciana Phebo, coordenadora do escritório do Unicef no Rio de Janeiro. Para o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Erir Ribeiro Costa Filho, “é importante a realização da Semana do Bebê da UMI para que as pessoas entendam e compreendam o isolamento das presas e o abandono que muitas vezes elas sofrem de seus familiares. Precisamos humanizar e aproximar essas famílias ainda mais”.

Assunto: Campanha pede que pediatras de todo o país 'receitem livros' para crianças

Fonte: Portal Andi

Data: 21/10/2015



Pediatras de todo o país estão sendo orientados a "receitar livros" para seus pacientes de zero a seis anos. A medida, anunciada nesta semana pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), visa a estimular o aumento das conexões cerebrais nos pequenos por meio da leitura feita a eles pelos pais ou por pessoas próximas. De acordo com os médicos, bebês que recebem o estímulo de escutar histórias podem se tornar adultos mais articulados, desenvoltos e inteligentes. Bebês que nascem com deficiência também podem obter benefícios: com este incentivo, o cérebro pode criar novas conexões para suprir habilidades perdidas. Para Eduardo Vaz, presidente da SBP, não basta ao pediatra controlar peso, altura e vacinas. Para ele, é preciso formar um adulto que tenha qualidade de vida e que exerça sua cidadania. "Estamos atrasados na inclusão do livro na pediatria. Ler para o bebê reflete diretamente em seu bom desenvolvimento, na cognição e na afetividade. Quem lê para o bebê cria com ele um vínculo afetivo para a vida toda e contribui para que ele seja um adulto melhor", diz Vaz. O empresário Igor Rodrigues e a sua mulher, Daniela, leem diariamente histórias infantis para as filhas gêmeas Lis e Mariah, de nove meses. "Não tivemos orientação médica, mas tomamos a medida porque o nosso mais velho, de 15 anos, não gosta de livros e é ligado a videogames. Os resultados são claros: elas adoram, aprendem novas palavras e estão mais espertas", avalia o pai. Uma das causas do atraso do falar de crianças, de acordo com Vaz, é a falta de comunicação entre pais e filhos, o que inclui a leitura. "O médico deve abordar famílias de forma direta, dizendo que é necessário ler para o bebê. Pais analfabetos podem contar histórias para os filhos. E essas crianças se alfabetizam rápido, têm facilidade para aprender línguas e melhor desempenho acadêmico". Com apoio das fundações Maria Cecília Souto Vidigal e Itaú Social, médicos associados à SBP receberão livros para seus consultórios. Eles receberão também a cartilha "Receite um Livro - Fortalecendo o Desenvolvimento e o Vínculo", com os benefícios da leitura a bebês. Para o linguista Evélio Cabrejo, da Universidade Sorbonne (França), que veio ao Brasil para o lançamento da campanha, não importa repetir a mesma história para as crianças. "O bebê não escuta a mesma história sempre. Ele descobre uma quantidade enorme de significados diferentes. Além disso, decora tudo. Está exercendo a memória. É uma operação extraordinária."

Assunto: Regras para infiltração policial na internet em operação contra pedofilia vão ao Plenário

Fonte: Agência Senado

Data: 21/10/2015

SENADO FEDERAL



Relator, Humberto Costa acatou emenda sugerida pelos deputados para substituir a expressão "liberdade sexual" por "dignidade sexual"

substituir, nos artigos tratados pelo projeto, a expressão “liberdade sexual” por “dignidade sexual”, considerada mais ampla, mas rejeita outras três modificações sugeridas pelos deputados.

O projeto define normas para que agentes policiais possam se infiltrar, anonimamente, nas redes sociais e salas de bate-papo na internet, de forma a obter informações para impedir a ação de pedófilos.

De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Pedofilia, que atuou até 2010, o projeto determina que a infiltração do agente dependerá de autorização judicial fundamentada, estabelecendo os limites desse meio de obtenção de prova. A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). O projeto já havia sido aprovado pelo Senado em maio de 2011 e foi enviado à Câmara dos Deputados. Naquela Casa, foi aprovado com quatro emendas e retornou para nova análise dos senadores.

Segundo o projeto, a infiltração será a pedido do Ministério Público ou de representação do delegado de polícia e deverá ser feita em até 720 dias. A infiltração somente poderá ocorrer se a prova não puder ser obtida por outros meios legais.

Crimes

Entre os crimes contra a dignidade sexual de criança ou adolescente que poderão ser investigados, estão os de produzir cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente; exibir, oferecer, vender ou comprar essas cenas; simular a participação de

A Comissão de Constituição, justiça e Cidadania (CCJ) analisou nesta quarta-feira (21) emendas apresentadas pelos deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 100/2010, que regulamenta a infiltração de agentes policiais na internet, em operação para flagrar pedófilos que aliciam crianças e adolescentes pelas redes sociais. Agora, o texto segue para votação no Plenário do Senado.

O relatório do senador Humberto Costa (PT-PE) aprovado pela comissão acata emenda para

crianças nesses tipos de cenas por meio de adulteração ou montagem; ou assediar criança com o fim de praticar ato libidinoso com ela.

O requerimento do Ministério Público deverá demonstrar sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais e os nomes ou apelidos das pessoas investigadas. Se possível, também deverá informar os registros de conexão (hora, data, início e término da conexão, duração, endereço do protocolo de internet).

Sigilo e relatórios

Segundo o projeto, a autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes de sua conclusão, que serão encaminhados diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, ao qual caberá zelar pelo seu sigilo.

Esse sigilo envolve a restrição aos autos apenas ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia responsável pela operação.

Em qualquer investigação, as informações coletadas somente poderão ser utilizadas como prova dos crimes contra a dignidade sexual de criança ou adolescente.

Excessos e exceção

Se o agente policial infiltrado não observar a estrita finalidade da investigação, ele responderá pelos excessos praticados. Entretanto, o agente será isento de enquadramento criminal por ocultar a sua identidade para colher indícios de autoria e materialidade dos crimes sexuais investigados por meio da internet.

Para facilitar a simulação de personagem do agente infiltrado, o projeto permite a inclusão de dados nos órgãos de registro e cadastro público para efetivar a identidade fictícia criada. Esse procedimento será sigiloso e a requerimento da autoridade judicial.

Preservação da identidade

Ao fim da investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com um relatório.

Para preservar a identidade do agente policial infiltrado e a intimidade das crianças e adolescentes envolvidos, esses registros serão reunidos em autos separados do principal.

Assunto: Mutirões analisarão 200 processos de crianças e adolescentes no Piauí

Fonte: CNJ

Data: 21/10/2015



A juíza Maria Luíza de Moura Melo e Freitas, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude (VIJ) e juíza auxiliar da Coordenadoria Estadual Judiciária da Infância e da Juventude (Cejjj) dá continuidade aos mutirões judiciais para analisar a situação de crianças e adolescentes acolhidos nos abrigos da capital. Nesta terça-feira (20/10) e quarta-feira (21/10), a equipe estará no abrigo Maria João de Deus, no Bairro Vila Operária. Duas assistentes sociais, duas psicólogas e duas digitadoras acompanham a magistrada e a juíza auxiliar da 1ª VIJ, Maria da Paz, na avaliação de aproximadas 200 ações judiciais, com a realização de audiências e análises processuais para cumprimento de despachos e sentenças proferidas.



Nove abrigos deverão receber as audiências, entre instituições municipais, estaduais e também não governamentais, caso das instituições Casa Dom Barreto, Casa Savina Petrilli e Casa de Acolhimento Reencontro, maiores em capacidade de acolhimento. Para a juíza Maria Luíza Moura, o trabalho no local é salutar, por permitir à VIJ acompanhar com mais proximidade os andamentos dos casos, além de conferir efetivamente a estrutura física das instituições. “Eu entendo que as audiências são válidas e produtivas por englobarem várias casas e permitirem que possamos acompanhar o desenrolar de projetos dentro dessas instituições, independentemente da sua natureza estatal ou não”, ressaltou a magistrada.

Realizadas a cada seis meses, as audiências localizadas devem passar a ser descentralizadas em 2016. “Com o apoio dos municípios na escalação de profissionais para auxiliar as equipes de servidores do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), pretendemos estender as audiências a cidades polo do interior do estado, como Picos, Parnaíba, Floriano e Campo Maior, já no próximo mutirão”, afirmou a juíza Maria Luíza. As audiências seguirão até o dia 23.10, conforme cronograma, em mais quatro locais, sempre com a participação da equipe do 1ª VIJ, crianças, adolescentes, famílias, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e de órgãos governamentais e não governamentais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Assunto: Juiz proíbe internações em centros para menores infratores do Ceará

Fonte: Portal G1 Ceará

Data: 21/10/2015



Decisão considera superlotação em centro para adolescentes infratores. Segundo Cedeca, superlotação leva a rebeliões frequentes.



Na semana passada, centros para menores registraram cinco rebeliões

também considerou "violações de direitos fundamentais e humanos que esses problemas trazem aos internos".

As rebeliões no centros de Fortaleza são frequentes. Na semana passada, foram cinco movimentos de rebelião, alguns deles com destruição de celas e compartimentos das unidades. Para o advogado do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) Acássio Pereira, a superlotação e a falta de atividades socioeducativas dos centros para menores em conflito com a lei são as principais causas das rebeliões constantes.

"Há um cenário de colapso, com superlotação de até 400%. Nem no sistema prisional tem esse número. Os internos não têm atividades socioeducativas, atividades de lazer e esporte. Eles passam praticamente 24 horas em celas lotadas. Isso forma o contexto das rebeliões", diz o membro da Cedeca.

O magistrado determinou ainda que a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), gestora das unidades socioeducativas de Fortaleza, envie semanalmente todas as informações de internação e liberação de adolescentes das unidades de Fortaleza, divididos por idade, gênero e tipo de medida.

A Justiça determinou nesta terça-feira (20) a suspensão de novas internações em centros educativos de jovens infratores vindos do interior e da Grande Fortaleza. A decisão é do juiz Manoel Clístenes de Façanha Gonçalves, titular da 5ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, e vale por 90 dias. A determinação estabelece que podem haver internação apenas se o caso foi analisado pela Justiça.

Segundo o Tribunal de Justiça, a medida considera o "estado crítico e a superlotação das unidades, além da falta de estrutura adequada". o juiz

A portaria recomenda, ainda que a STDS apresente, em até 90 dias, um plano de ação para garantir as obrigações dispostas no artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Também estabelece a criação de uma comissão vinculada ao Juízo, com a finalidade de, semanalmente, visitar e inspecionar as unidades de internação. A comissão será formada por integrantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Fórum DCA e outras entidades representativas.

Assunto: Adolescente suspeito de assaltos reage à polícia e é baleado no Recife

Fonte: Portal G1 PE

Data: 21/10/2015



Segundo a PM, ele apontou uma arma para a viatura que o abordou. Ele estava com um simulacro de arma e teria praticado assaltos no Coque.

Um adolescente de 17 anos, suspeito de praticar assaltos no Coque, área central do Recife, foi baleado ao reagir à abordagem da Polícia Militar na terça-feira (20). Segundo a corporação, ele apontou uma arma para a equipe. Por isso, um policial disparou. O adolescente foi atingido no ombro e passa bem.

A Polícia Militar informou que o adolescente foi abordado depois de ser denunciado por uma das vítimas dos assaltos. Ele foi encontrado por volta das 18h30 no viaduto João Paulo, na Ilha do Leite, com uma arma. Ao ver a viatura, tentou reagir. Mas, ao prestar socorro ao adolescente, os policiais perceberam que o revólver era falso, tratava-se apenas de um simulacro.



Adolescente apontou um simulacro de revólver para a polícia

Baleado, o suspeito foi socorrido e levado para o Hospital da Restauração, no Derby. Segundo a PM, ele foi submetido a uma cirurgia e não corre risco de morrer. A pessoa que foi assaltada e ajudou a polícia a localizar o adolescente passou mal durante a abordagem. Segundo a polícia, ela estava em um carro e foi embora depois da confusão.

O caso foi registrado na Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA). Mas, como a vítima do assalto não prestou depoimento, o suspeito não pôde ser autuado em flagrante. Por isso, não está sob custódia no hospital. A Polícia Civil explicou que, sem o depoimento da vítima, o adolescente não vai responder por nenhuma infração. Mesmo assim, a polícia vai instaurar um inquérito para apurar a situação.

Assunto: Suspeitos de torturar adolescente e divulgar vídeo são presos no Sertão

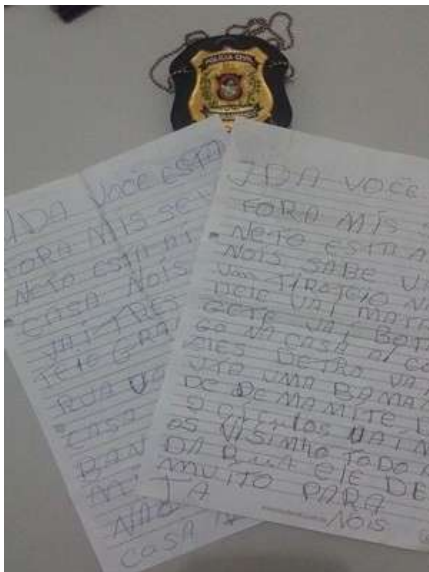
Fonte: Portal G1 PE

Data: 21/10/2015



Polícia apreendeu cartas onde dois homens ameaçam jovem e avó dele. Pedaco de pau foi usado na agressão, que foi filmada em São José do Egito.

Dois homens suspeitos de torturar um adolescente de 15 anos, filmar e divulgar imagens da agressão foram presos em São José do Egito, Sertão de Pernambuco, na terça-feira (20). De acordo com o delegado Ubiratan Rocha, da Polícia Civil, os suspeitos mandaram cartas com ameaças de morte para o adolescente e para a avó dele, "caso o fato chegasse à polícia".



Suspeitos enviaram cartas ameaçando vítima

Um deles utilizou um pedaço de pau e "bateu tanto na vítima que chegou a quebrar seu braço". O outro gravou um vídeo do ataque. "O objetivo das imagens era demonstrar para a população que eles estavam no comando do crime e fazer com que ninguém denunciasse. O motivo da agressão seria uma dívida por causa de drogas e uma tatuagem", informou o delegado ao G1.

As prisões ocorreram após mandados de prisão preventiva. Eles também são suspeitos de tráfico de drogas, ainda segundo a polícia. A agressão aconteceu no Povoado do Riacho do Meio, em 21 de setembro deste ano.

O agressor chegou a ser preso no dia 13 de outubro por conta de posse ilegal de arma de fogo e munições. Ele passou apenas três dias na prisão. Os suspeitos foram levados para a Cadeia Pública de São José do Egito, onde permanecem à disposição da Justiça. Já o adolescente está sob responsabilidade do Conselho Tutelar e Ministério Público.

Assunto: Atitude adotiva - uma homenagem a Luiz Schettini Filho
--

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 21/10/2015



O tempo de Luiz Schettini Filho aqui conosco se mede em ano-luz

Anos-Lu(i)z

O nome Luiz possui algumas origens etimológicas interessantes. Entre os antigos franceses serviu para batizar o “guerreiro glorioso” (ludavicus). Os anglo-saxões medievais o entenderam como “célebre, famoso” (dawigaz). Os galeses o definiram como “alguém que deve ser ouvido” (clywed) e os irlandeses antigos apresentaram-no como o “eu escuto” (rochluiniur). Da mesma forma o mencionaram também os hindus, os armênios, os romanos, os celtas e muitos outros povos de todo o mundo e de todas as épocas: o guerreiro célebre e glorioso; aquele que escuta e que deve ser escutado. Aquele que é muito sábio.

Este nome surge para o “nosso” Luiz, portanto, como uma espécie de predestinação, uma profecia. Porque Luiz é isso tudo. Como diz sua amada parceira de jornada, Suzana, ele veio ao mundo com ferramenta extra para fazer a diferença. Sim. Luiz é extra-ordinário. Está acima do comum. Extrapola em capacidade de ajuda.

Luiz gosta de usar não apenas o Schettini, mas sempre faz questão do Filho. Há certamente uma razão especial para isso. Atrevo-me a tentar decifrá-la. Deve pensar nos pais, de quem tornou-se filho não apenas pela via biológica, mas na adoção que com eles praticou. Mas deve haver alguma outra mensagem, quase inconsciente-subliminar, do tipo “nunca deixe de lado o filho”. Bem... Se erramos sobre a intenção do dono do nome, certamente acertamos na mensagem porque com ele temos aprendido que é assim. Filho é o que há de mais importante. Luiz também gosta de se definir como tentador. É porque ele pratica a fina arte de tentar, tentar e tentar. De nunca desistir. E ele nos convida a sermos também tentadores. Sempre. É realmente guerreiro.

Mas é importante, ainda, apontar mais um aspecto deste seu nome. Luiz tem a ver também com luz. E aí a predicação beira a perfeição. Porque o nosso Luiz tem sido, acima de tudo, um belíssimo farol para todos os que cruzam o seu caminho. E nada pode ser mais generoso do que projetar luz para os que surgem sedentos de aprender e, não raro, aturdidos e confusos.

Entre o dito e o não dito, Luiz tem dedicado toda a vida a educar com afeto. Tem nos ensinado a coragem de amar, a transformar o amor que a gente sente – esse tal amor perdido de amor – na existência real de pais, mães e filhos. Com sua conversa de pai, tem nos ensinado sobre os vários lados dessa história chamada adoção. Com ele nós, os pais adotivos, aprendemos sobre origem, segredo, revelação. Aprendemos a compreender o filho adotivo. E na difícil arte de educar, soubemos por ele que a coragem de conviver é possível se praticarmos o carão com carinho, sendo pais que se fundamentam numa pedagogia da ternura.

E assim o tem feito Luiz Schettini Filho. Ouvindo, falando, praticando, inspirando. E fazendo da sua biografia a própria história da adoção em todo o Brasil.

O tempo de Luiz aqui conosco se mede em ano-luz. Não a medida de distância. Mas a medida da iluminação que tem projetado sobre todos nós durante estes oitenta anos.

Oitenta anos de muita luz! Oitenta anos-Lu(i)z! E que venham muitos ainda, caro amigo da adoção. Para o bem de todos nós.

Muito obrigado, Luiz!

Em nome de todos os que fazem o GEAD Recife, em 17 de outubro de 2015.

Assunto: Adolescente é apreendido por arremessar objetos para dentro do Complexo do Curado

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 21/10/2015

jornal do  commercio

O jovem foi encaminhado a GPCA.



O adolescente estava com sete garrafas e um aparelho de celular

Um adolescente foi apreendido após ser acusado de arremessar objetos para dentro do Complexo Prisional do Curado, na Zona Oeste do Recife, na noite dessa terça-feira (20). O jovem foi conduzido à Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA).

O adolescente estava com sete garrafas que tinham cola de sapateiro e um aparelho celular. Ele irá responder pelo artigo 278 do código penal, que representa a fabricação, venda, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar à consumo coisa ou substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal.

Assunto: Crianças dalits morrem em incêndio criminoso na Índia

Fonte: Diário de PE

Data: 21/10/2015

DIÁRIO de
PERNAMBUCO

Nova Délhi (AFP) - Um bebê de 9 meses e sua irmã, membros da comunidade dalit, a casta mais baixa da sociedade indiana, morreram queimados nesta terça-feira em um incêndio criminoso na casa deles no norte do país, anunciou a polícia.

O bebê e sua irmã de dois anos dormiam em sua casa no distrito de Faridabad, a 40km de Délhi, quando os criminosos espalharam gasolina e atearam fogo no local.

Seus pais ficaram feridos e foram leuados ao hospital, indicou a polícia. A mãe está em estado crítico e o pai está fora de perigo.

As forças de segurança detiveram três pessoas por esse crime contra membros da comunidade dalit, também conhecidos como "intocáveis", segundo o responsável da investigação, Subhash Yadav.

Yadav explicou que uma velha disputa entre os dalits e membros da casta superior, os khsatriyas, poderia ter causado o ataque.

Os dalits são frequentemente vítimas de violência, e as investigações da polícia não costumam ser exaustivas devido ao status social das vítimas.



Os dalits são frequentemente vítimas de violência, e as investigações da polícia não costumam ser exaustivas devido ao status social das vítimas

Assunto: MPPE lança projeto para reduzir evasão escolar e diminuir criminalidade

Fonte: Diário de PE

Data: 21/10/2015



O promotor de Justiça e secretário-geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Aguinaldo Fenelon, apresenta na manhã desta quarta-feira o projeto Abraçando a Escola. Promotores de Justiça, juízes de Direito, defensores públicos, secretários municipais do Recife, delegados de polícia, educadores e representantes da Secretaria de Educação do Estado vão conhecer a iniciativa que pretende reduzir a evasão escolar, construir uma consciência cidadã entre os jovens, diminuir os índices de criminalidade e elevar a autoestima dos estudantes.

A apresentação acontece durante reunião no Salão dos Órgãos Colegiados do MPPE, na Rua do Imperador, bairro de Santo Antonio, no Recife. O projeto prevê, ainda, dar apoio ao trabalho dos professores da rede estadual de ensino, para que eles possam exercer seu ofício em parceria com as autoridades, e contribuir para a eliminação das tensões existentes entre professores e alunos, reaproximando-os por meio do diálogo.

De acordo com Aguinaldo Fenelon, a cada 15 dias, duas escolas da rede estadual abrirão espaço de uma hora-aula para palestras de autoridades. O objetivo é motivar os estudantes a acreditarem mais no futuro e despertar na juventude a vontade e determinação de buscar sua vitória profissional, com base no estudo e no aprendizado. Além disso, o projeto vai promover a cada dois meses encontros com pais e professores das escolas integrantes da Região Político-Administrativa (RPA) 2, que abrange os bairros de Água Fria, Alto Santa Terezinha, Beberibe, Campo Grande, Campina do Barreto, Dois Unidos, Linha do Tiro e Porto da Madeira. Para Fenelon, a escola é continuação da família e os problemas e conflitos familiares são refletidos de forma evidente nos comportamentos sociais das crianças e adolescentes nas instituições de ensino • .

Assunto: Tribunal instala núcleo de justiça restaurativa na Comarca de Canindé

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude

Data: 21/10/2015



A coordenadora da Infância e Juventude (CIJ) de Sergipe, juíza Vânia Barros, e o juiz da Comarca de Canindé do São Francisco, Paulo Roberto Fonseca Barbosa, instalaram, na sexta-feira (16/10), o segundo núcleo de práticas de Justiça Restaurativa do Judiciário sergipano. A inauguração do núcleo faz parte do projeto piloto para a implantação dos ciclos restaurativos na área da infância e juventude, no que diz respeito à composição de conflitos relativos a atos infracionais. Em setembro, o Tribunal de

Justiça de Sergipe (TJSE) instalou o primeiro núcleo de Justiça Restaurativa na 17ª Vara Cível - Vara da Infância e Juventude, na Comarca de Aracaju.

De acordo com a juíza Vânia Barros, que representou o presidente do tribunal, desembargador Luiz Mendonça, na instalação do núcleo, a Justiça Restaurativa é hoje uma realidade no Poder Judiciário de Sergipe. “Com a instalação do Núcleo da Comarca de Canindé, o segundo do estado, a Coordenadoria da Infância e da Juventude cumpriu com sucesso a execução do seu plano de ação para este ano referente a esta matéria”, disse a magistrada.

Segundo a juíza, em Canindé, a Coordenadoria contou com a iniciativa do juiz Paulo Roberto Fonseca Barbosa, a quem caberá a condução dos trabalhos que serão realizados pela equipe de facilitadores capacitados para a prática. “Contamos igualmente com a adesão da Prefeitura Municipal que assinou o protocolo de cooperação e colaborou com a disponibilização de servidores; bem como com a participação entusiasta do Ministério Público e demais órgãos que assinaram o referido protocolo”, comentou a magistrada.

Nova cultura - Para o juiz Paulo Roberto Barbosa, a implantação do núcleo tem um significado grandioso. “Inauguramos hoje o primeiro núcleo de Justiça Restaurativa no sertão do país. É algo novo, uma nova forma de resolução de conflitos e uma nova cultura para o povo sertanejo. Iniciaremos utilizando os ciclos restaurativos para a resolução dos atos infracionais na área da infância e juventude e nossa intenção é levar a prática também para compor crimes, através de um mecanismo que não seja o Direito Penal”, afirmou o Juiz.

O prefeito de Canindé, Heleno Silva, explicou que a Justiça Restaurativa é um presente para a comunidade do município. “É um novo instrumento de resolução de conflitos e temos a perspectiva de grandes resultados”, disse. Segundo o Promotor de Justiça Raimundo Bispo, “o Ministério Público acredita muito no êxito do projeto da Justiça Restaurativa. Parabenizamos o Judiciário, nas pessoas do desembargador Luiz Mendonça e da juíza Vânia Barros pela iniciativa”.

Os ciclos restaurativos serão realizados na Comarca de Canindé por uma equipe de seis facilitadores, sendo cinco servidores municipais e um do Judiciário, que foram capacitados em um curso de 50 horas-aula, sob a supervisão do Juiz Paulo Roberto Barbosa. “Iremos aplicar a metodologia da Justiça Restaurativa para que possamos extrair das pessoas envolvidas a resolução daquele conflito e até mesmo restaurar o vínculo humano, afetivo e social que foi rompido”, explicou Eduardo Melo, membro da equipe de facilitadores.

Participaram também do evento de inauguração, vereadores, secretários municipais, servidores municipais e do Judiciário.

Assunto: Comissão rejeita proibição de publicidade infantil na TV

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude

Data: 21/10/2015



A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio rejeitou proposta que proíbe a veiculação pela televisão aberta e por assinatura de publicidade destinada ao público infantil entre as 7 e as 22 horas. A medida está prevista no Projeto de Lei 702/11, do deputado Marcelo Matos (PDT-RJ), que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).



O objetivo do autor da matéria é inibir a exploração da “credulidade infantil” pelas agências de publicidade. A relatora na comissão, deputada Keiko Ota (PSB-SP), porém, recomendou a rejeição da matéria.

Apesar de entender a preocupação de Matos com o consumismo infantil, Keiko Ota ressaltou a importância da publicidade na geração de emprego e renda no Brasil, além de ser estímulo à competição econômica.

Citando um estudo da GO Associados, de 2014, a parlamentar lembrou que os impactos diretos e indiretos do comércio de produtos infantis licenciados permitem a injeção de mais de R\$ 50 bilhões na economia nacional, respondendo por 1,17 milhão de empregos, mais de R\$ 10 bilhões em salários e quase R\$ 3 bilhões em tributos arrecadados.

Keiko Ota afirmou, por outro lado, que a publicidade no Brasil é autorregulada pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) e mencionou ainda o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumentos de proteção da criança em relação à publicidade.

“No caso de um arcabouço baseado na autorregulamentação, o consumidor desempenha um papel fundamental, ao apontar eventuais abusos na publicidade. Não há punição maior do que a crítica pública, ainda mais com a importância das redes sociais”, observou a relatora.

Ainda na opinião de Ota, o acompanhamento dos pais não pode ser substituído pelo Estado. “A adoção de iniciativas como essa pode ser vista como uma tentativa de tutelar a família brasileira, algo com que não concordamos.”

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Assunto: ONU - Fórum Global de Nutrição Infantil recomenda adoção de programas nacionais de alimentação escolar

Fonte: ONU

Data: 21/10/2015



O comunicado é uma importante ferramenta de sensibilização do Fórum, que provê orientações para os países participantes avançarem no desenho e implementação de programas sustentáveis de alimentação escolar.



O documento foi endossado pelos 32 países participantes

Programas de alimentação escolar são uma ferramenta importante para assegurar o direito à alimentação, contribuir para o desenvolvimento de capital humano nos países, fortalecer agricultores familiares e economias locais. Estas são as principais conclusões do comunicado divulgado pelos participantes do Fórum global de Nutrição Infantil, evento coorganizado pelo Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Todos os anos, o encontro divulga um comunicado oficial com considerações e recomendações acordadas por todos os participantes. O comunicado é uma importante ferramenta de sensibilização do Fórum, que provê orientações para os países participantes avançarem no desenho e implementação de programas sustentáveis de alimentação escolar.

Disponível em inglês, francês e português no site do Centro, o comunicado ressalta também que a abordagem multissetorial, a boa governança e a prestação de contas são fundamentais para a efetividade de programas de alimentação escolar. O documento recomenda que todos os governos garantam marcos legais e institucionais para a implementação de programas sustentáveis de alimentação escolar, inclusive linhas orçamentárias específicas e encoraja a participação da sociedade civil na mobilização de recursos e na implementação dos programas.

Este ano, o GCNF reuniu 250 participantes de 42 países entre 28 de setembro e 02 de outubro em Cabo Verde. Liderado pela consultora do Centro de Excelência, Nadia Goodman, um grupo de 20 pessoas resumiu as principais discussões e conclusões do Fórum em duas páginas, que foi apresentado à plenária do evento no último dia para aprovação e divulgado como comunicado.